

O Mundo em Português N°7

Abril 2000

O Ciclo Vicioso

Pedro Bacelar de Vasconcelos

Se existe um genuíno apego europeu à protecção das “criaturas humanas”, então a responsabilização na luta contra a xenofobia cabe a todos. Em Bruxelas, como em São Bento, em Almeria, como em Braga.

Se é verdade que Portugal não tem sido um destino privilegiado dos imigrantes e refugiados há, então, que desconfiar daquele mito que pinta os portugueses como um povo hospitaleiro e imune a sentimentos racistas — o que, diz-se, uma prolífera mestiçagem certificaria... Em Portugal como em Espanha, em Braga como em Almeria, as autoridades locais minimizaram a violência racista. Negaram a sua ostensiva matriz racista e xenófoba — por ser um indício incómodo de problemas que não sabem ou não querem resolver. E entravaram as medidas de emergência, recusando, também em Almeria, a disponibilização de terrenos para o realojamento humanitário das vítimas.

Diluídas no quotidiano e disfarçadas com justificações evasivas, as atitudes intolerantes, discriminatórias ou meramente preconceituosas emergem entre nós, imprevisivelmente, a partir de circunstâncias complexas de ordem social, económica e cultural comuns aos países europeus, intimamente ligadas à pobreza e à exclusão social.

As minorias étnicas representam uma parcela substancial do conjunto dos pobres. Em Portugal, os africanos e os ciganos representam também uma parte significativa da população dos estabelecimentos prisionais, entre condenados e detidos preventivamente. A miséria desenha, assim, um círculo perfeito. O desenraizamento e a debilidade económica tornaram estas grupos especialmente vulneráveis ao apelo dos expedientes de sobrevivência que deixam ao seu alcance, seja o trabalho clandestino nas grandes obras de construção civil, o serviço doméstico eventual, a venda ambulante ou as entregas ao consumidor na rede dos negócios ilícitos — a contrafacção e as drogas. À miséria económica vêm somar-se os baixos níveis de escolarização, elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, a ausência de aptidões sociais e profissionais. O ciclo da exclusão fecha-se mas garantiu já a sua reprodução. Quando um deles é preso e condenado, não se confirma apenas a estigmatização de todo o grupo — “justifica-se” ainda, retroactivamente, o preconceito, a discriminação ou, tão só, a indiferença que os acantonou numa terra de ninguém, entre a incerteza do trabalho precário e a tentação fatal dos expedientes ilícitos de sobrevivência. Na ausência de políticas de integração, crescem as exigências de intervenção punitiva para abafar conflitos inevitáveis, cria-se uma opinião pública hostil e alimenta-se a convicção de que tudo se resume a casos de polícia. Pelo caminho ficaram absolvidas a indigência urbanística, a carência de projectos sociais e educativos, o alheamento dos eleitos. Devido às disfunções que se criam, descredita-se o Estado e a Democracia, e desresponsabilizam-se todos: os políticos e os administradores, os cidadãos e as autoridades.

Foi do choque brutal de duas guerras mundiais inauditas que nasceu a construção europeia - como um imperativo moral. Depois do holocausto, à medida que renascia das ruínas, a Europa reinventava-se como lugar de paz e acolhimento. Não foi apenas a miragem da abundância, de um posto de trabalho disponível, de uma retribuição razoável, o que atraiu os imigrantes. Animava-os também a esperança de conquistar algum respeito, ser tratados com um mínimo de dignidade, partilhar uma ordem mais certa e razoável.

Contudo, a precariedade e o desemprego afectaram, profundamente, a segurança e as expectativas dos europeus que passam a encarar, com crescente cepticismo, a pressão de sucessivas vagas de imigrantes oriundos de outros continentes, assinaláveis pelo seu número, pelo contraste colorido das suas culturas autóctones mas também pelos sinais de animosidade que suscitam.

O retrato dos europeus nos finais dos anos noventa, segundo uma sondagem do Eurobarómetro, revela, com clareza, a íntima associação da insegurança, do receio da perda de estatuto social, do medo do futuro... com a xenofobia. E denuncia uma generalizada desconfiança nas instituições e serviços públicos e a profunda descrença nos dirigentes políticos. O que nos permite compreender uma inesperada coexistência da expressão banal de sentimentos racistas com a manifestação explícita de apego às liberdades fundamentais e aos valores democráticos. A luta contra a discriminação e a xenofobia não se basta com proclamações retóricas ou emotivas condenações morais. Carece de inteligência e estratégia, de clara distribuição de competências e cooperação empenhada de todos, de assunção adequada, lúcida e rigorosa das responsabilidades de cada um. E é na Europa que se afirma a preocupação central de desenhar uma autêntica política de direitos humanos capaz de incorporar de forma sistemática e consistente todas as actividades sectoriais, designadamente a cooperação entre as polícias e o acolhimento de refugiados. Perante o desafio do alargamento, é indispensável a definição e controlo de regras de conduta, logo na fase de pré-adesão dos candidatos. Os direitos humanos deverão transformar-se em parte essencial da política externa comum e dos programas de desenvolvimento como instrumento indispensável à construção da paz e da harmonia entre estados vizinhos e à preservação das democracias. Os imigrantes e os refugiados colocam uma questão essencial à Europa de cuja resposta e exemplaridade depende a credibilização interna e externa de uma política efectiva dos direitos humanos e, porventura, a legitimidade da sua própria construção.

Há que ultrapassar com realismo os obstáculos que se levantam a uma solidariedade efectiva dos povos europeus na assunção proporcionada dos deveres e dos encargos respectivos em matéria de direitos cívicos e sociais dos cidadãos de países terceiros, quanto à harmonização do regime de asilo e ao acolhimento de refugiados.

É necessária uma política de cooperação e desenvolvimento que seja a expressão, no mundo, desse genuíno apego europeu à protecção das "criaturas humanas", um empenhamento, pela sua própria natureza, transversal a departamentos e programas sectoriais, a particularismos geográficos e a fronteiras nacionais ou regionais. É urgente que a Europa se muna dos instrumentos adequados à formulação autónoma da sua política externa e indispensáveis à sua execução. Responsabilizar a União Europeia é uma forma ágil de alijar responsabilidades próprias dos governos e das autarquias locais. Naturalmente, nos interstícios da subsidiariedade, sempre poderá sobrar espaço para cómodas demissões. Mas é incontornável que os problemas afloram a partir do nível territorial. Na "Carta do Partidos Políticos Europeus para uma Sociedade Não Racista", subscrita pela esmagadora maioria dos partidos de todos os Estados Membros, incluindo Portugal, é assumida a recusa de "exibir, publicar (...) ou avalizar, seja de que forma for,

opiniões ou posições que incitem (...) preconceitos, hostilidade ou divisão entre povos, origens raciais, étnicas ou nacionais diferentes” e promete-se “dar mostras de firmeza contra quaisquer sentimentos racistas no seu seio”. É, então, fundamental que as estruturas de base dos partidos políticos não sejam tratadas com displicência pelos dirigentes como se fossem meras máquinas eleitorais. E que nas instâncias do poder local, por onde toda uma iniciação política democrática devia começar, a cultura cívica da liberdade, do pluralismo, da tolerância e da responsabilização individual corte o caminho à negligência oportunista, ao caciquismo e à barbárie.

É certo que a Áustria não é a Península Ibérica. Do Tirol à Polónia, os nazis construíram campos de extermínio para suprimir fisicamente “os indesejáveis”. Em Portugal e Espanha, séculos antes, fizemos deles cristãos-novos para lhes salvar a alma e entregamos os recalcitrantes ao zelo dos inquisidores do Santo-Ofício.

Donde decorre a diferença entre o palhaço Haider com os seus “lapsos de linguagem” neo-nazi e a bucólica “ingenuidade” das milícias de Águeda. E por onde se percebe porque na Europa Central o rótulo da “extrema-direita” possa cobrar votos à esquerda, ao passo que na Europa do Sul, por enquanto, todos temam que os afugente.